

Escravidão Atlântica e História Global: pressupostos para um estudo introdutório.

Karla Maestrini*

Apresentação

O presente artigo tem por objetivo promover um diálogo entre perspectivas de análise utilizadas nos estudos sobre a Escravidão Atlântica pelo viés da História Global. Para tanto, disporemos de ideias e concepções teórico-metodológicas apresentadas por certos autores trabalhados, apontando para os limites e as potencialidades contidas na construção de “uma abordagem historiográfica mais abrangente”¹.

O texto se encontra dividido em: apresentação, introdução, desenvolvimento e conclusão.

Introdução

Iniciamos a nossa reflexão diante da seguinte questão: O que é História Global? Para tentar respondê-la, nos valem do estudo realizado por Marquese acerca do trabalho do historiador alemão Sebastian Conrad, responsável pela produção mais recente sobre o tema. Em sua obra, Conrad busca sintetizar e sistematizar as “práticas correntes da história global, [destacando] três variantes ou paradigmas: a mesma história do mundo todo em um determinado período; história das conexões; e uma história baseada em um conceito de integração”².

Para analisar a primeira variante, o autor se volta ao exame de gêneros históricos que precederam a ideia de história global. O principal deles é a História Universal, que apesar de não dispor de um estatuto bem formatado dentro da disciplina histórica, conseguiu se conectar ao campo da filosofia da história durante os séculos XVIII e XIX, do mesmo modo que as histórias da civilização produzidas nesta mesma época.

¹*Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH da Universidade de São Paulo.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A história global da escravidão atlântica: balanços e perspectivas. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, n° 41, p. 14-41, jan./abr., 2019, p.16.

² MARQUESE, Rafael de Bivar. Idem. p.17

No entanto, este gênero histórico desenvolvido ao longo do século XIX e ainda adotado nas primeiras décadas do século XX, determinou a produção de narrativas que buscavam dar conta de uma ‘história de total’ da humanidade, onde os padrões de mudança/ruptura histórica advindos da Europa eram colocados como padrões explicativos válidos para o exame de qualquer realidade. Destarte, o que se havia entendido e praticado como história universal era uma “metanarração eurocêntrica da história mundial”³.

Reconhecidos os limites de uma ‘história total’, Conrad aponta que o interesse em se fazer uma história global não é algo novo e pode ser percebido na elaboração dos chamados “domínios vizinhos”. São eles: a história comparada, a história transnacional, a teoria dos sistemas-mundo, os estudos pós-coloniais e o conceito de modernidades múltiplas. Cada qual, ao seu modo, trouxe contribuições para a história global, apesar das limitações e simplificações próprias desses domínios.

Parte-se então para a análise da segunda variante, a *história das conexões*. Conforme aponta o historiador, essa perspectiva de análise histórica busca apresentar as conexões contidas nos processos de transformação estrutural que operam em escalas de nível global e local, partindo do pressuposto de que nenhuma sociedade existe de forma isolada. Ao se deslocar do local para o global e vice-versa, sabendo conduzir o jogo de escalas dentro das ações e condicionantes contidos no campo dos possíveis, o historiador conseguirá descortinar noções alternativas de espaços que por sua vez, o levam a perceber a sincronicidade de eventos contidos no tempo e em espacialidades alternativas.

Por fim, a terceira e última variante, *uma história baseada em um conceito de integração* propõe que o modelo de análise histórica resida na identificação de processos de integração em escala global, onde as partes e o todo sejam percebidos em um movimento constante de condicionamento mútuo.

³ CONRAD, Sebastian. *Historia Global: Una nueva visión para el mundo actual*. Barcelona: Crítica-Planeta, 2017, p. 35. Tradução nossa.

Segundo Marquese, o poder da história global reside no tempo e não no espaço, uma vez que somos levados a articular processos locais a escalas *temporalmente* mais abrangentes e não necessariamente *espacialmente*. Ao realizarmos esse exercício conseguiremos perceber as diferentes temporalidades constituintes e constituídas no desenvolvimento de processos históricos, ao passo que retomamos a ideia da totalidade histórica como perspectiva de trabalho para o historiador⁴.

“A promessa da história global – eis meu argumento – reside no estudo de totalidades abertas, isto é, de fragmentos do globo integrados por meio de laços diversos (econômicos, sociais, políticos e culturais) que assumem uma dada configuração dinâmica e sistêmica. [Deste modo], o importante a se ressaltar aqui é o enfoque que pressupõe uma articulação entre diferentes regiões do planeta e que, mesmo não correspondendo à totalidade do globo, nem à totalidade dos tempos, encerra em si uma totalidade no sentido de um todo integrado”⁵.

Tomando por base as considerações tecidas por Conrad e Marquese, veremos agora como diferentes autores buscaram discutir em seus trabalhos escravidão e história atlântica aproximando-se da perspectiva da história global.

Desenvolvimento

No campo dos estudos marxistas, a obra de Eric Williams exerceu um grande impacto na historiografia sobre a escravidão. Ao lado de C. R. L. James,

“esses dois historiadores negros de Trinidad e Tobago, bebendo no materialismo histórico, abriram caminho não apenas para entender o problema do desenvolvimento desigual na esfera do capitalismo global, mas, igualmente, para compreender como processos históricos desenrolados em diferentes partes do espaço atlântico constituíram uma unidade orgânica, com eventos do Velho Mundo (Europa e Ásia) e do Novo Mundo (Américas) condicionando-se em um jogo de determinações recíprocas”⁶.

⁴ Para tanto, torna-se importante ressaltar a perspectiva de Fernand Braudel de se pensar a história de forma total, no sentido de encerrar em si a totalidade de um todo integrado, no entanto, uma totalidade – tal qual propõe Henri Lefebvre – em aberto que “pressupõe contradições e movimentos, podendo ganhar contínuos acréscimos analíticos e envolver outras totalidades igualmente abertas”. Cf. MARQUESE. Rafael de Bivar. Op. cit. p. 17.

⁵ MARQUESE, Rafael de Bivar. Ibidem p.19.

⁶ MARQUESE, Rafael de Bivar. Ibidem. p.19.

Em sua tese de doutoramento defendida em 1938, Williams articulou o arranque do capitalismo industrial na Inglaterra à escravidão negra das colônias do Novo Mundo, apontando como a escravidão atlântica conseguiu prover a acumulação dos capitais necessários para a ascensão deste modo de produção⁷. Paralelamente, o autor buscou desconstruir a premissa – até então, amplamente aceita – do caráter humanitário e moral da abolição do tráfico e da escravidão no Império Britânico, demonstrando como o interesse econômico predominou em todos os impulsos para a abolição da escravidão.

A obra de Williams foi alvo de diversas críticas, tendo suas ideias principais confrontadas diretamente por economistas e historiadores norte-americanos e britânicos⁸. No entanto, o método de análise mobilizado pelo estudioso ao explorar as relações complexas e contraditórias forjadas entre a escravidão atlântica e o capital industrial inglês influenciou sobremaneira a produção historiográfica do Caribe na década de 1940 e do Brasil nas décadas de 1950 e 1960⁹.

Foram diversas as investidas no campo da história comparada da escravidão negra nas Américas advindas da “periferia do sistema mundial”. No Brasil, os trabalhos de Ciro Flamarion Santana Cardoso e Jacob Gorender tomaram emprestada a categoria desenvolvida por Marx de modo de produção para desenvolverem o conceito de modo de produção colonial escravista. Tal perspectiva foi duramente criticada por Fernando

⁷ Em seu trabalho Williams explorou as relações contraditórias entre escravidão e capitalismo desenvolvendo uma dupla tese: o papel decisivo da escravidão em prover os capitais que impulsionaram a revolução industrial; todo o estímulo para promover a abolição da escravidão foi de ordem econômica. Sua obra, ao lado da de C. L. R. James, é um dos trabalhos pioneiros da chamada historiografia anti-imperialista.

⁸ Os trabalhos que buscaram confrontar as teses de Williams defendiam que a Revolução Industrial poderia ser explicada empiricamente pelo seu desenvolvimento interno e que os evangélicos tiveram um papel decisivo na campanha abolicionista, não havendo interesses econômicos na abolição do tráfico. Para críticas à primeira tese ver: Stanley Engerman e Roger Anstey. Críticas à segunda tese: Roger Anstey e Seymour Drescher.

⁹ Marquese aponta as influências da obra de Eric Williams nos trabalhos desenvolvidos por Celso Furtado, Florestan Fernandes, Roger Bastide no fim da década de 1950 e por Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso na década seguinte. Cf. MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo e escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas. Prefácio. In: WILLIAMS, Eric. *Capitalismo & Escravidão*. Traduzido por Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 9-23.

Novais que contrapôs o modelo apresentado por Cardoso e Gorender com uma perspectiva de análise embasada no pensamento de Eric Williams¹⁰.

A crítica às proposições de Cardoso, Gorender, bem como Novais vieram de uma

“historiografia de inspiração marxista das décadas de 1960 e 1970, que malgrado suas divergências, teve no exame do problema das relações entre capitalismo e escravidão o cerne de suas preocupações, compartilhou alguns pontos em comum, notadamente a visão abrangente e hemisférica da instituição escravista. Em razão mesmo do objeto que investigaram – a escravidão africana nas colônias europeias do Novo Mundo –, muitos desses trabalhos romperam com o nacionalismo metodológico e enfatizaram a comparação e a integração de espaços apartados, dois aspectos que estão reconhecidamente no coração da atual história global”¹¹.

Um desses trabalhos foi o da cientista social Maria Sylvia de Carvalho Franco. A estudiosa buscou examinar o mundo colonial americano através de um ponto de vista mais amplo: a formação do capitalismo. Ao discutir escravidão e capitalismo em perspectiva global, a autora nos mostra como a escravidão no Brasil colonial alimentou o desenvolvimento do capitalismo, tornando-o assim compatível com outras forças de trabalho (para além do trabalho assalariado). Destarte, a colônia se desenvolveu em resposta às necessidades do capital, assim como a organização da produção se organizou em resposta ao mercado, sendo o capitalismo determinante no desenvolvimento econômico e social da colônia.

Em uma crítica direta ao modelo de análise forjado por Ciro Flamarion Cardoso ao incorporar o conceito de dependência na elaboração de sua teoria, demonstrando como as articulações no espaço interno (produção escravista) e as vinculações externas (mercado) definem o modo de produção colonial, Maria Sylvia aponta que não existe uma separação entre espaços interno e externo, uma vez que a lógica que unifica esses espaços é o lucro, a reprodução em escala ampliada. Para poder enxergá-la a autora mergulha na gênese da produção e reprodução da vida social, onde o escravo é um

¹⁰ Fernando Novais foi responsável pelo desenvolvimento do conceito de antigo sistema colonial. Para um estudo mais aprofundado ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit. p. 21

¹¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. Idem. p. 21.

trabalhador que produz mais valor, pois o escravismo moderno permite que sua força de trabalho se transforme em mercadoria sob a égide do capitalismo. Esse movimento, por sua vez, estabelece uma “unidade contraditória” onde os vínculos de produção e circulação se constituem de forma relacionada. Nas palavras da estudiosa:

“Colônia e metrópole são desenvolvimentos particulares do capitalismo, mas carregam ambos, no seu interior, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações. É esse o método que será sustentado aqui: conceber como mundial o desenvolvimento do capitalismo e investigar o engendramento de suas partes, das formas particulares que assumiram, no movimento de diferenciação histórica dessa determinação universal – lucro e acumulação”¹².

Nas décadas de 1970 e 1980 o trabalho de Immanuel Wallerstein, ao retomar o conceito braudeliano de economia-mundo para desenvolver a perspectiva analítica do sistema-mundo trouxe grandes contribuições para a escrita de uma história global do trabalho escravo. “Seu modelo, no entanto, peca por um esquematismo, algo rígido na conceituação da divisão internacional do trabalho e por um padrão explicativo no qual o todo (sistema-mundo) sobredetermina as partes (centros, semiperiferias e periferias)”¹³.

Apesar dos problemas apontados no modelo desenvolvido por Wallerstein, a perspectiva analítica do *sistema-mundo*, juntamente com uma gama de novos trabalhos que buscam recuperar criticamente a obra de Williams têm revelado boas pesquisas dentro da chamada “nova história do capitalismo e da escravidão”¹⁴.

Algumas décadas mais tarde, o historiador norte-americano Dale Tomich – recuperando toda a fortuna crítica dos trabalhos até aqui apresentados – buscou refletir sobre o papel desempenhado pela escravidão do Novo Mundo na formação da economia capitalista mundial. Em seu estudo intitulado *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*, Tomich aponta que

“o estabelecimento da produção escravista nas Américas, desde o século XVI, constituiu um momento formativo da divisão do trabalho e mercado mundiais. A atividade produtora dos escravos africanos na América criou uma nova organização e hierarquia de trabalho, comércio e poder, instalando a Europa no centro de uma economia mundial sem precedente”¹⁵.

¹² CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. Organização social do trabalho no período colonial, In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984, p. 171.

¹³ MARQUESE, Rafael de Bivar. Ibidem. p.28.

¹⁴ Para mais informações ver: MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit. p. 28.

¹⁵ TOMICH, Dale. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. EDUSP, 2011. p.13.

Nesse sentido, a escravidão é entendida como parte da formação histórica da economia capitalista mundial, chamando atenção

“não só para diversidade e especificidade das formas de trabalho que constituem a economia-mundo como, ao observar o desenvolvimento capitalista na perspectiva do trabalho escravo, revelam a complexidade temporal e espacial e a produção de diferenças locais pelos processos que se desenrolam em escala mundial”¹⁶.

Para o autor, há uma ruptura do tempo histórico da escravidão na passagem do século XVIII para o XIX, de modo que a escravidão do Novo Mundo no período colonial não é a mesma daquela que ocorre no século XIX. Ao perceber a escravidão como uma instituição carregada por múltiplos tempos históricos, Tomich forja o conceito de segunda escravidão¹⁷.

No entanto, o método de análise comparada proposto para a investigação histórica precisa ser reformulado, uma vez que os procedimentos convencionais do método comparativo não dão conta da compreensão da realidade histórica. Segundo Tomich, o método da comparação formal “trata cada unidade como independente e equivalente e/ou uniforme em termos de seu conjunto de atributos”¹⁸, se concentrando nas distinções formais entre as condições abstraídas das unidades, estando estas abstraídas do seu tempo e lugar.

“Ao isolar unidades de comparação e suas condições, tais como terra, trabalho ou tecnologia, como fenômenos independentes e equivalentes, a comparação formal elimina do campo de consideração tanto os processos históricos formadores dessas relações quanto os padrões variáveis entre eles”¹⁹.

Para tanto, o autor sugere que nos aproximemos da proposta elaborada pelo sociólogo Phillip McMichael, a *comparação incorporada*, pois, por meio dessa perspectiva

“a construção socio-histórica dos processos e relações temporais e espaciais deve tornar-se, ela própria, um objeto de investigação (...) Aqui, os fenômenos sociais comparáveis são vistos não como casos distintos, mas como momentos diferenciados de um processo historicamente integrado”²⁰.

¹⁶ TOMICH, Dale. Idem. p.14.

¹⁷ Cf. TOMICH, Dale. Ibidem. p. 81-97.

¹⁸ TOMICH, Dale. Ibidem. p. 153.

¹⁹ Crítica à teoria de Charles Tilly, a comparação abrangente. Nesse modelo o todo sempre determina as partes. Cf. TOMICH, Dale. Ibidem. p.153.

²⁰ TOMICH, Dale. Ibidem. p.155.

Conclusão

Para Sebastian Conrad, o conceito de história global vai além de uma simples designação de uma corrente historiográfica, trata-se, pois, de uma nova forma de se pensar e fazer História a partir da incorporação de novos paradigmas teóricos e metodológicos a esse campo de análise. Dada sua complexidade e toda uma série de características que lhe conferem substantividade, torna-se imprescindível atribuir coesão teórica e metodológica ao campo da história global.²¹

Assim sendo, ao se fazer história global os historiadores não buscam dar conta de uma história total da humanidade, mas perceber conexões entre processos de transformação estrutural que operam em escalas de nível global e se inserem em realidades locais; reconhecer áreas apartadas geograficamente que se articulam de forma sistêmica, rompendo com o referencial de análise focado no nacionalismo metodológico; trabalhar com noções alternativas de espaço para a produção da história e principalmente, perceber a importância da dimensão temporal nesse todo²².

Ao explorarmos os trabalhos de estudiosos como Eric Williams, Maria Sylvania de Carvalho Franco e Dale Tomich buscamos apresentar como cada qual se apropriou de teorias, métodos e conceitos para investigar a escravidão atlântica na formação do capitalismo e do Mundo Moderno. Apesar da uniformidade de tratamento do tempo histórico na obra de Williams e a falta da perspectiva política nas análises de Tomich, suas obras são essenciais para nos debruçarmos sobre o tema da história global²³.

Por fim, resta-nos apontar que a linha mestra que norteou o desenvolvimento desse trabalho foram as reflexões advindas da leitura e diálogo estabelecidos com a obra do historiador Rafael de Bivar Marquese.

²¹ MARQUESE, Rafael de Bivar. Op. cit. p 17.

²² Crítica que Marquese faz sobre a importância do Estado nas análises históricas e como a dimensão temporal não é explorada no trabalho de Conrad.

²³ Para uma análise mais aprofundada ver: MARQUESE, Rafael de Bivar e SILVA JÚNIOR, Waldormiro Lourenço da. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, nº 28, set-dez, ano 2018, p. 44-81.

Bibliografia

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. El Modo de Producción Esclavista Colonial En América. *Cuadernos de Pasado y Presente* (Córdoba, Argentina), v - 12, nº 40, pp. 193-242, 1973.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. "Organização social do trabalho no período colonial", *In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984, p.145-193.

CONRAD, Sebastian. *Historia Global: Una nueva visión para el mundo actual*. Barcelona: Critica-Planeta, 2017.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Capitalismo e escravidão e a historiografia sobre a escravidão negra nas Américas. Prefácio. In: WILLIAMS, Eric. *Capitalismo & Escravidão*. Traduzido por Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 9-23.

MARQUESE, Rafael de Bivar e SILVA JÚNIOR, Waldormiro Lourenço da. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, nº 28, set-dez, ano 2018, p. 44-81.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A história global da escravidão atlântica: balanços e perspectivas. *Esboços*, Florianópolis, v. 26, nº 41, p. 14 a 41, jan./abr., 2019.

WILLIAMS, Eric. *The Economic Aspect of the Abolition of the West Indian Slave Trade and Slavery* (1938). Boulder, Co: Rowan & Littlefield, 2014.

TOMICCH, Dale W. *Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial*. São Paulo: EDUSP, 2011.